

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Um balanço feito pelo Instituto Sou da Paz e pelo INSPER mostrou que, em 2021, o Distrito Federal registrou a menor taxa de homicídios dos últimos 45 anos, mesmo com o aumento da população. Em Alagoas, os indicadores do mesmo crime caíram 14,8%. De acordo com o Segundo Balanço das Políticas de Gestão para Resultados na Segurança Pública, em São Paulo reduziu-se em 49% o roubo de veículos entre 2014 e 2021.

O documento evidencia iniciativas estaduais que representam boas práticas na área de segurança pública. Segundo a diretora executiva do Instituto Sou da Paz, a pesquisa encontrou 11 estados com programas de gestão de resultado. O destaque é o Espírito Santo, que tem uma ação mais longa e consegue manter um programa central que envolve as polícias com resultados importantes na redução dos homicídios. “São programas que, embora não sejam uma panaceia, conseguem contribuir muito para a integração das polícias, dão uma ferramenta para o secretário de segurança coordenar, dão uma visão de longo prazo para a segurança pública nos estados, o que não é algo trivial”, disse a diretora.

“O estabelecimento de diretrizes baseadas em evidências é essencial para a promoção de melhorias na segurança pública dos estados brasileiros”, afirmou um professor do Centro de Gestão e Políticas Públicas do INSPER. Ele acrescentou que o balanço apresentado pelo instituto e pelo Sou da Paz buscou analisar o que funciona para a área, quais estados alcançaram sucesso nos últimos anos e como os gestores podem orientar propostas para conseguir os melhores resultados possíveis.

Internet: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br>> (com adaptações).

Em relação às ideias e a aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens a seguir.

- 1 No segundo período do segundo parágrafo, o termo “Segundo” expressa ideia de conformidade e poderia ser substituído, sem prejuízo da coerência das ideias e da correção gramatical do texto, por **Conforme**.
- 2 As relações de coesão e coerência do texto seriam preservadas caso a oração ‘embora não sejam uma panaceia’ (último período do segundo parágrafo) fosse reescrita como **mesmo não sendo uma panaceia**.
- 3 De acordo com o texto, o estudo feito pelo Instituto Sou da Paz e pelo INSPER apresenta modelos exitosos de políticas de segurança pública no Brasil.
- 4 Infere-se do texto que é necessário investir em programas de gestão de resultados na segurança pública, porque eles são fundamentais para a promoção de melhorias nessa área.
- 5 No primeiro parágrafo, a substituição da forma verbal “caíram” (segundo período) por **caiu** alteraria o sentido do texto, porém sua correção gramatical seria preservada.
- 6 A coerência das ideias do terceiro período do segundo parágrafo seria mantida caso o termo “longeva” fosse substituído por **distante**.
- 7 Os vocábulos “homicídios” e “caíram” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

- 8 A supressão da vírgula empregada logo após “Alagoas” (segundo período do primeiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 9 A vírgula empregada logo após o verbo ‘coordenar’ (último período do segundo parágrafo) poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, pelo vocábulo **e**.
- 10 A coerência e a correção gramatical do texto estariam preservadas caso a expressão “mesmo com o” (primeiro período do primeiro parágrafo) fosse substituída por **apesar do**.
- 11 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso se substituísse, no último período do texto, a forma verbal “alcançaram” por **têm alcançado**.
- 12 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, o trecho ‘essencial para a promoção’ (primeiro período do último parágrafo) poderia ser reescrito como **essencial à promoção**.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de noções de probabilidade, de regra de três simples, de proporções, das quatro operações fundamentais e de sequências.

- 13 Márcia está juntando dinheiro para comprar uma moto. No primeiro mês, ela guardou R\$ 400,00 e, depois disso, passou a guardar a mesma quantia todo mês, de modo que, após 16 meses, ela tem guardados R\$ 2.275,00. Então, é correto afirmar que a quantidade que ela passou a guardar mensalmente é de R\$ 125,00.
- 14 A fim de cobrir certo evento em Cachoeiro de Itapemirim, 6 guardas civis municipais serão escalados para auxiliar na segurança do evento; e estão à disposição 5 homens e 5 mulheres. Se os guardas forem escolhidos aleatoriamente, a probabilidade de que a equipe seja formada por 4 mulheres e 2 homens é superior a 20%.
- 15 Ao executar tarefas administrativas, Regina é 30% mais eficiente que seu colega Marcos. Se Regina executar suas tarefas administrativas semanais em 4 horas e 30 minutos ao total, então Marcos levará 5 horas e 51 minutos para executar as mesmas tarefas que Regina.
- 16 A data de aniversário da Guarda Civil Municipal de Cachoeiro de Itapemirim é no dia 2 de outubro de 1965. Se o dia 2 de outubro de 2024 for uma quarta-feira, então 2031 será o próximo ano no qual o aniversário da Guarda Civil Municipal de Cachoeiro de Itapemirim será uma quarta-feira.
- 17 Durante o treinamento físico diário dos guardas municipais, João fez o percurso de corrida em 35 minutos, enquanto Mariana fez o mesmo percurso em 50 minutos. Se Mariana tiver começado o percurso 9 minutos antes de João, então ele demorou menos de 20 minutos para alcançá-la.

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens a seguir, considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do assunto.

- 18 A CF dispensa o mandado judicial para ingresso forçado em residência em caso de flagrante delito, mesmo durante o período noturno.
- 19 São nulos os atos do poder público que imponham, genericamente e sem fundamentação válida, restrição ao direito à informação.
- 20 O princípio da vedação à autoincriminação, diferentemente de outras garantias fundamentais previstas no texto constitucional, não admite restrição.

No que se refere aos aspectos atinentes à defesa do Estado e às forças de segurança pública, considerando o disposto na CF e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, julgue os próximos itens.

- 21 Os guardas civis, por previsão expressa da CF, possuem direito à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco.
- 22 A fiscalização de trânsito, quando acompanhada da aplicação de penalidades administrativas, é atividade que somente pode ser exercida por entidades policiais.
- 23 A segurança dos estabelecimentos prisionais é atribuição das polícias penais.
- 24 As guardas municipais somente podem exercer atribuições relacionadas à proteção de bens, serviços e instalações dos municípios.

Em relação aos direitos humanos na CF e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, julgue os itens que se seguem.

- 25 Segundo os direitos expressamente previstos no Pacto de São José da Costa Rica, a confissão de pessoa acusada de delito só é válida se feita sem coação.
- 26 O Brasil, por força do Pacto de São José da Costa Rica, está submetido à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), devendo observar, mas não exercer, o controle jurisdicional de convencionalidade.
- 27 A prevalência dos direitos humanos é princípio constitucional expresso em relação às diretrizes de atuação do Brasil no cenário internacional.

João, secretário municipal de saúde, celebrou, em nome da secretaria, contratação direta por dispensa de licitação, visando adquirir material da única empresa que fornece o respectivo produto na cidade. Após a contratação, um terceiro interessado apresentou recurso ao chefe de João, a fim de impugnar o certame. Diante da presunção de legitimidade, o chefe reputou correta a decisão de João.

Com base na situação hipotética precedente, julgue os itens seguintes.

- 28 A presunção de legitimidade é atributo de todo ato administrativo e significa que, em princípio, o ato é considerado válido até que se prove o contrário.
- 29 A secretaria onde João trabalha é órgão público despersonalizado que integra a administração pública direta municipal.
- 30 A impugnação da decisão de João, submetida ao crivo da chefia, insere-se no âmbito do poder administrativo disciplinar.
- 31 A conduta de João de realizar contratação direta por dispensa de licitação foi adequada.
- 32 O recurso apresentado pelo terceiro interessado caracteriza controle judicial.

Julgue os itens seguintes, relacionados à administração pública direta e indireta, às disposições constitucionais aplicáveis aos agentes públicos e à responsabilidade civil do Estado.

- 33 Servidor público comissionado é aquele que se submete a concurso público para se habilitar para a investidura no cargo público.
- 34 A responsabilidade civil do Estado pode ser aplicada para atos comissivos e omissivos praticados por agentes públicos no exercício de sua função.
- 35 Autarquia é pessoa jurídica de direito público que integra a administração pública indireta federal, estadual, distrital ou municipal.

Um servidor público comissionado de uma autarquia municipal deixou de praticar ato, o que causou dano a terceiro. O terceiro ajuizou ação contra a autarquia, requerendo indenização por dano moral e material. Depois de condenada, a autarquia ajuizou ação regressiva contra o servidor, demonstrando que ele atuara com negligência. Em sua defesa, o servidor alegou não ser cabível a ação regressiva, porque não se poderia imputar-lhe responsabilidade por mera omissão, além de que inexistia intenção de causar dano ao terceiro.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens que se seguem.

- 36 A argumentação do servidor não está correta, porque a ação regressiva é cabível quando o poder público comprova a culpa do servidor.
- 37 A ação ajuizada pelo terceiro configura controle exercido pela administração pública no exercício de sua autotutela.

Com base na doutrina majoritária brasileira e nas disposições do Código Penal (CP), julgue os itens que se seguem, em relação ao concurso de pessoas.

- 38 A contribuição de um coautor para o resultado de um crime é meramente acessória.
- 39 O direito penal brasileiro faz distinção entre autor e partícipe.

A respeito dos elementos do crime e seus aspectos fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 40 A culpabilidade é um juízo de reprovabilidade e refere-se à capacidade do agente, porquanto só pode ser culpado aquele que tiver a capacidade de entender a ilicitude do seu comportamento, ainda que seja incapaz de exercer controle sobre suas ações.
- 41 Em relação à descrição de um tipo penal, é correto afirmar que toda conduta típica é necessariamente ilícita.
- 42 O fato típico descreve uma ação ou omissão que, de acordo com a lei, é proibida e sancionada como tal.

Alberto, com mais de dezoito anos de idade, praticou crime de lesão corporal de natureza grave contra Bruno, seu inimigo. Alberto foi processado criminalmente, tendo sido comprovado que, ao tempo da conduta criminosa, ele era pessoa com doença mental, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, o que determinou a sua absolvição.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 43 A doença mental de Alberto justificou a absolvição judicial, porquanto excluiu a culpabilidade de sua conduta.
- 44 Para a absolvição de Alberto bastaria a este ser, ao tempo do processo, inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

No que se refere aos crimes definidos no CP como aqueles praticados por funcionário público contra a administração em geral, julgue os itens a seguir.

- 45** Em se tratando de crime de corrupção passiva, a pena aplicável ao funcionário público será aumentada em um terço se, em consequência do recebimento de vantagem ou da promessa de vantagem indevida, o funcionário retardar ou deixar de praticar qualquer ato de ofício.
- 46** Para a caracterização do crime de concussão, é necessário que o agente público, abusando de sua autoridade, exija a vantagem indevida mediante grave ameaça à vítima.

Um guarda municipal, em serviço de fiscalização e controle do tráfego, presenciou uma violenta discussão entre dois homens em razão de uma vaga de estacionamento. No decorrer da discussão, um deles ameaçou verbalmente o outro de morte, fazendo, ainda, gestos com as mãos, simulando uma arma de fogo. Em razão da ameaça proferida, o guarda municipal, mediante apoio da polícia militar, conduziu as partes à delegacia de polícia para as providências legais cabíveis.

Acerca da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, sabendo que a ameaça constitui crime de ação pública condicionada.

- 47** O ofensor somente responderá em juízo pelo crime após o oferecimento de queixa-crime por parte do ofendido.
- 48** A titularidade da ação penal pública, caso instaurada, é exclusiva do Ministério Público.
- 49** A autoridade policial poderá agir de ofício para a apuração dos fatos, buscando penalizar a conduta delituosa.

A respeito do inquérito policial, julgue os itens seguintes.

- 50** Uma das principais características do inquérito policial é a sua indisponibilidade, não podendo a autoridade policial proceder ao seu arquivamento, ainda que o fato apurado não configure crime.
- 51** O princípio da ampla defesa e do contraditório é amplamente aplicável ao inquérito policial, uma vez que este é procedimento meramente administrativo.

Considerando aspectos relativos à prisão em flagrante, julgue os itens subsequentes.

- 52** Em regra, a lavratura do auto de prisão em flagrante é atribuição da autoridade policial da localidade onde foi realizada a prisão, independentemente do local onde tenha sido consumado o delito.
- 53** O fato de um indivíduo praticar um crime em legítima defesa não impede a sua prisão em flagrante delito.

Com base nas Leis n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), n.º 9.455/1997 (Lei de Tortura) e n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), julgue os itens a seguir.

- 54** À posse irregular de arma de fogo de uso permitido e ao porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é prevista a mesma pena, conforme o Estatuto do Desarmamento.
- 55** Se um agente público, no exercício de sua função, responder criminalmente por suposto abuso de autoridade, e a sentença penal reconhecer que o ato foi praticado em estado de necessidade, a decisão não fará coisa julgada no âmbito cível e tampouco no administrativo-disciplinar, considerada a independência das instâncias.
- 56** O cometimento de crime de tortura no período noturno é causa de aumento de pena de um sexto a um terço.
- 57** Se uma pessoa for ré em processo criminal por ter praticado suposto crime considerado hediondo, a ela será insuscetível a concessão de fiança, mas, na sentença condenatória, o juiz decidirá, de forma fundamentada, se o réu poderá apelar em liberdade.

De acordo com o que dispõem as Leis n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas) e n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes contra o Meio Ambiente), julgue os itens seguintes.

- 58** O indivíduo que mata espécime da fauna silvestre, ainda que em rota migratória, sem a devida permissão da autoridade competente, comete crime ambiental, cuja pena será triplicada se o ato for decorrente do exercício da caça profissional.
- 59** Quando há prisão em flagrante por venda ilegal de drogas, o juiz, no prazo legal, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, mantendo guardada amostra necessária à realização do laudo definitivo.
- 60** Nos casos de violência doméstica e familiar, o afastamento imediato do agressor do local de convivência com a ofendida pode ser efetivado pela autoridade judicial, pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca, e pelo policial, na indisponibilidade do delegado no momento da denúncia.

Espaço livre